

Municípios também querem

Celso Pinto

Era inevitável. Já que os Estados ganharam o direito a linhas de empréstimos especiais do governo federal, agora os municípios também querem um extra que viria a calhar num ano eleitoral.

Há um movimento em marcha dos prefeitos para ganharem o direito a linhas de empréstimo na Caixa Econômica Federal idênticas às que foram criadas para os Estados no final de novembro do ano passado.

O valor das linhas dos Estados é o de uma cota mensal a que têm direito no FPE (Fundo de Participação dos Estados). Se todos tomarem o dinheiro, levarão algo como R\$ 2 bilhões.

Os juros são os juros médios de captação da CEF mais 0,5% ao mês e uma comissão de abertura de crédito de 1,5%.

São duas as linhas de crédito para os Estados. Uma, de 24 meses, extensíveis a 36 meses, é para financiar débitos até 30 de novembro de 1995.

A segunda é para os Estados que estão reduzindo quadro de pessoal, com 18 meses de prazo e 6 de carência, e desembolsos vinculados ao cumprimento de metas de enxugamento de pessoal.

Os mais de 5.000 municípios estão se articulando para ganhar algo parecido.

O valor é relativamente pequeno, uma cota mensal do FPM (Fundo de Participação dos Municípios), que deve somar cerca de R\$ 5 bilhões este ano.

Como cedeu aos Estados, o governo está sendo empurrado a ceder aos municípios. Com algumas resistências ostensivas.

O ministro do Planejamento, José Serra, por exemplo, está contra. Por três razões.

Em primeiro lugar, porque significa uma pressão nas finanças públicas. Para dar este dinheiro extra, o governo terá que se endividar ainda mais.

Em segundo lugar, porque dar uma linha extra aos municípios exatamente num ano de eleições jamais será entendido como um ato puramente econômico. Será tachado de eleitoral.

A terceira razão é que nem todos os municípios têm problemas. Para os que não têm, será uma

benesse desnecessária. Para os que têm, a linha será muito pequena.

Melhor seria apoiar o refinanciamento com empréstimos externos de operações de ARO (Antecipações de Receita Orçamentária) feitas com bancos privados, a exemplo do que se fez com os Estados.

O fato é que os municípios foram os mais beneficiados pela redistribuição de recursos federais na Constituição de 1988.

Em muitos casos, a arrecadação municipal dobrou, em termos reais. A situação financeira dos municípios, como um todo, nem de longe é comparável à da maioria dos Estados.

Serra não diz, mas há um outro fator a ponderar. O que os prefeitos atuais querem é embolsar um mês a mais de FPM, dinheiro que podem gastar já no período pré-eleitoral, sem se preocupar com o pagamento — maior parte ficará para o sucessor.

Nestes termos, é um presente.

Mesmo que o governo amarre o dinheiro aos municípios a exigências rígidas, como fez no caso das linhas dos Estados, o raciocínio vale.

O dinheiro entra de imediato e a conta da rigidez fica para o sucessor.

Já se viu este filme: no final, o sucessor vai a Brasília buscar uma ajuda para financiar as loucuras feitas por seu antecessor.

“FMI interno”

Aliás, existe uma legião de céticos, no governo, em relação ao repagamento das linhas de crédito oferecidas aos Estados.

As exigências são tão duras, na linha de um “FMI interno”, que tendem a ter o mesmo destino das famosas cartas de intenção assinadas pelo Brasil com o fundo e jamais cumpridas.

Os Estados que tomarem estas linhas se comprometem a conter as despesas com pessoal, concedendo apenas os reajustes federais, respeitando tetos constitucionais e cortando pessoal.

Têm que cortar em um terço ao ano, durante os próximos três anos, toda a despesa com pessoal que exceder o limite de 60% da receita líquida previsto na Lei Camata.

Devem modificar o sistema de previdência dos servidores para garantir seu equilíbrio atuarial e compatibilizar os benefícios com os federais.

Não é so. Devem agilizar a privatização e concessão de serviços públicos, destinando parte dos recursos à amortização de dívida federal.

Têm que centralizar o controle das estatais. Garantir um superávit primário (receitas menos despesas, exceto juros) trimestral mínimo que

garanta o equilíbrio operacional (somando os juros).

Devem, ainda, ficar adimplentes com o governo federal e não contratar novas operações de ARO.

Como o dinheiro é desproporcional às exigências, muita gente acha que elas acabarão morrendo por excesso.

Transcrito da Folha de São Paulo de 29/02/96